

DAS LUTAS SOCIAIS ÀS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (2012-2023)

Francijane Lima dos Santos | UFPB | francyjane.lima@gmailcom
Edineide Jezine| UFPB | edjezine@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As políticas de ações afirmativas no Brasil resultam de históricas reivindicações sociais e políticas impulsionadas, sobretudo, pelo Movimento Negro brasileiro, fundamental na luta pela democratização da educação superior e na construção de marcos legais voltados ao enfrentamento das desigualdades raciais. No âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, essas políticas passam a ganhar maior visibilidade a partir das discussões sobre acesso, permanência e representação de grupos historicamente sub-representados nos espaços acadêmicos.

Nesse contexto, as políticas de ações afirmativas não apenas ampliam possibilidades de ingresso na pós-graduação, mas também tensionam estruturas historicamente excludentes, produzindo debates sobre reconhecimento, redistribuição e produção do conhecimento. Assim, torna-se relevante compreender de que maneira o Movimento Negro aparece nas pesquisas acadêmicas que investigam essas políticas, considerando seu papel histórico, político, social e epistemológico na construção das políticas de ações afirmativas.

Diante disso, a pesquisa é orientada pela seguinte questão: de que maneira o Movimento Negro brasileiro é apresentado nas produções do conhecimento oriundas dos Programas de Pós-Graduação em Educação que investigam políticas de ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu*?

Dessa forma, esta pesquisa analisa como o Movimento Negro se apresenta nas produções do conhecimento oriundas dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE), no período de 2012 a 2023, que investigam as políticas de ações afirmativas na pós-graduação.

Especificamente, busca: apresentar os marcos legais constituídos a partir das reivindicações históricas do Movimento Negro brasileiro e sua importância para a implementação e consolidação das políticas de ações afirmativas na pós-graduação; e

compreender de que forma as produções do conhecimento oriundas dos Programas de Pós-Graduação em Educação evidenciam a importância histórica, política, social e epistemológica do Movimento Negro na construção e fortalecimento dessas políticas.

2. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, que assume como procedimento metodológico a modalidade do Estado da Arte (Romanowski; Ens, 2006), por possibilitar a compreensão dos sentidos, significados e interpretações presentes na produção do conhecimento analisada.

Os estudos qualitativos permitem apreender dimensões que não se reduzem a dados mensuráveis, trabalhando com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, conforme assinalam Minayo et al. (2011). Para o tratamento dos dados foi usada a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977), possibilitando a organização, categorização e interpretação, por se "constituir como uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Ajudando a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum" (Moraes, 1999, p. 2).

A interpretação dos dados é orientada pela perspectiva teórica decolonial, a qual problematiza os modos de validação do conhecimento científico e as hierarquias de saber historicamente constituídas no contexto da modernidade colonial (Ballestrin, 2013). Tal perspectiva fundamenta-se na crítica à lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos (Maldonado-Torres, 2023), dialogando com autoras e autores negros/as cujas trajetórias políticas e intelectuais contribuem para compreender como a colonialidade do saber, do ser e do poder incide sobre diferentes dimensões da vida social.

Diante do exposto, os caminhos metodológicos adotados possibilitaram compreender como as produções acadêmicas apresentam o Movimento Negro, evidenciando sua importância histórica, política e social na construção dos marcos legais e no fortalecimento das políticas de ações afirmativas na pós-graduação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES



A institucionalização das políticas de ações afirmativas no Brasil não ocorreu de forma espontânea no interior do Estado, mas resultou de intensas pressões sociais protagonizadas pelo Movimento Negro, intelectuais/as, estudantes e demais sujeitos/as coletivos/as comprometidos/as com a democratização da educação superior. As mobilizações foram fundamentais para a construção de marcos legais relevantes, os quais reconhecem as desigualdades educacionais, sociais e raciais historicamente presentes na sociedade brasileira. E Movimento negro "é entendido como as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno da sociedade" (Gomes, 2017, p. 23-24).

Gomes (2017) destaca importantes conquistas impulsionadas pelo Movimento Negro brasileiro, como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003; a criação da SECADI, em 2004; a aprovação da constitucionalidade das ações afirmativas pelo Supremo Tribunal Federal, em 2012; e a Lei nº 12.990/2014, que reserva vagas para negros/as em concursos públicos federais.

Além desses avanços constitucionais, destacam-se importantes marcos legais para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais, entre eles a Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira; a Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas); e, mais recentemente, a Lei nº 15.142/2025, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas no serviço público. Cabe ressaltar que, em 2023, a Lei de Cotas foi atualizada pela Lei nº 14.723/2023, ampliando e fortalecendo as políticas de ações afirmativas na educação superior. Entre as alterações introduzidas, o Artigo 7º-B estabelece que as instituições federais de educação superior, no âmbito de sua autonomia e considerando a importância da diversidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, deverão promover políticas de ações afirmativas voltadas à inclusão de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência nos Programas de Pós-graduação (PPG) *stricto sensu*.

Nesse mesmo movimento de consolidação de políticas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais na educação, destaca-se também o lançamento da Política Nacional de

Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), instituída em 2024 pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Os marcos legais apresentados por Gomes (2017) evidenciam que as políticas de ações afirmativas no Brasil não emergiram de forma espontânea no interior do Estado, mas resultaram de um longo processo de reivindicação e pressão política protagonizado, sobretudo, pelo Movimento Negro. Essas iniciativas contribuíram para a institucionalização do debate sobre igualdade racial nas políticas públicas, ampliando o reconhecimento da necessidade de enfrentar as desigualdades estruturais que historicamente marcaram o acesso da população negra à educação e a outros espaços sociais.

Embora tais marcos representem avanços significativos no reconhecimento da necessidade de enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no campo educacional, não eliminam as barreiras históricas que atravessam o acesso e a permanência de grupos historicamente sub-representados nos espaços de produção do conhecimento. Pelo contrário, evidenciam que essas disputas continuam tensionando as estruturas universitárias e as relações de poder historicamente constituídas.

A análise das produções evidencia recorrente reconhecimento do papel dos movimentos sociais, especialmente do Movimento Negro, na implementação das políticas de ações afirmativas. Do conjunto das 19 produções analisadas, quatro pesquisas, Rosa (2019), Bezerra (2020), Babiuk (2021) e Albuquerque (2022), destacam de forma mais direta o protagonismo do Movimento Negro na construção e consolidação dessas políticas. As pesquisas compreendem as políticas de ações afirmativas não como iniciativas exclusivamente estatais, mas como resultado de processos históricos de luta, reivindicação e mobilização social, pois "desde as décadas de 1960 a 1970, o movimento negro vem debatendo sobre as ações afirmativas e se organizando politicamente para pressionar sua adoção. Contudo, o Estado se mostrava reticente em aceitar oficialmente a existência do racismo" (Albuquerque, 2022, p. 76).

Segundo Rosa (2019, p. 74), "embora as lutas do Movimento Negro brasileiro tenham sido fundamentais para a implementação das políticas de ações afirmativas, também se destaca a influência de organismos internacionais, especialmente a partir da Conferência de Durban",

realizada em setembro de 2001, na África do Sul, que impulsionou debates globais sobre combate ao racismo e promoção da igualdade racial. Tal compreensão permite perceber que a implementação dessas políticas resulta da articulação entre pressões internas e externas, ampliando o debate sobre justiça social e democratização da educação superior.

De forma complementar, Babiuk (2021, p. 38) ressalta a "atuação do movimento negro e feminista negro brasileiro" na conquista das políticas de ações afirmativas atualmente vigentes no país. No entanto, "é importante frisar que as ações afirmativas no Brasil são uma reivindicação antiga do Movimento Negro brasileiro, que lutou por séculos contra as mazelas impostas pela escravidão e vem reivindicando políticas de inclusão desde o século XIX" (Bezerra, 2020, p. 123). Nessa direção, Gomes (2017) argumenta que a implementação dessas políticas não ocorreu sem conflitos e resistências institucionais. Para a autora, quando as reivindicações do Movimento Negro começaram a se materializar em políticas concretas, sobretudo por meio das cotas raciais, emergiram posicionamentos contrários inclusive de setores antes considerados aliados da luta antirracista.

Dessa forma, a implementação das políticas de ações afirmativas revela-se como um processo atravessado por disputas políticas, institucionais e epistemológicas, no qual a atuação do Movimento Negro se configura como elemento central para sua consolidação. Conforme destaca Gomes (2017, p. 38), "esse movimento social, político e educador produz, sistematiza e articula saberes emancipatórios, contribuindo para a construção de novos entendimentos sobre as relações étnico-raciais e sobre o racismo no Brasil".

As produções analisadas também evidenciam que as políticas de ações afirmativas provocam deslocamentos epistemológicos importantes no espaço acadêmico, ao ampliarem a presença de sujeitos/as historicamente excluídos/as da pós-graduação *stricto sensu*. Desta forma, tal movimento tensiona hierarquias historicamente consolidadas no campo científico, diversificando corpos, experiências e perspectivas de produção do conhecimento.

4. CONCLUSÕES

As pesquisas analisadas apontam que as políticas de ações afirmativas não se configuram como iniciativas exclusivamente estatais, mas como conquistas históricas



resultantes de processos de luta e mobilização social, especialmente do Movimento Negro, pois "é uma luta contra o racismo e pela construção da igualdade e justiça social, também contra os efeitos da colonialidade, articulada à luta contra as desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero" (Gomes, 2023, p. 226). Os resultados evidenciam que os marcos legais voltados à educação superior e à pós-graduação stricto sensu foram constituídos a partir de reivindicações históricas protagonizadas pelo Movimento Negro, que desempenhou papel fundamental na consolidação e no fortalecimento dessas políticas.

As produções analisadas, oriundas dos programas de pós-graduação em educação no período de 2012-2023, também reconhecem esse movimento como agente histórico, político, social e epistemológico no processo de democratização da pós-graduação brasileira. Além disso, os estudos demonstram que tais políticas produzem importantes deslocamentos epistemológicos ao tensionarem estruturas historicamente excludentes e ampliarem a presença de sujeitos/as sub-representados/as nos espaços de produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti de**. As ações afirmativas na Pós-graduação em Educação: acesso, permanência e produção do conhecimento nas universidades federais do nordeste.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2022.

BABIUK, Graciele Alves. **Políticas de ações afirmativas para acesso à pós-graduação: perfil e narrativas autobiográficas de mulheres negras concluintes do Curso de Formação Pré-Acadêmica - Afirmação na pós UFPR (pré-pós).** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2021.

BALLESTRIN, Luciana**. América Latina e o giro decolonial.** Revista Brasileira de Ciência Política, v.2, n.11, p.89-117, 2013.

BARDIN, Laurence**. Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BEZERRA, Kelly Martins. **Universidade de Brasília, para quê? E para quem? Um estudo sobre as ações afirmativas para negros(as) no Programa de Pós-graduação em Direito da UnB**. Dissertação (Mestrado em Educação Modalidade Profissional). Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. IN. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson;



GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Editora Vozes Limitada, 2011.
MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** Revista em Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**. v.6, n.19, set./dez.2006. p.37-50. Disponível em: http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=237&dd99=view